



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS/CÂMARA TÉCNICA DO
PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

NOTA TÉCNICA nº 01/2011/CTPNRH/CNRH/MMA

Brasília/DF, 21 de novembro de 2011.

Ao Senhor,

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL

ASSUNTO: Posicionamento da CTPNRH sobre a interface entre a versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

CONTEXTUALIZAÇÃO:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305/10, tem como um de seus instrumentos o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, cuja versão preliminar esteve em processo de consulta pública na internet até o dia 07/11/11, tendo sido realizadas ainda 5 (cinco) Audiências Públicas Regionais e uma Audiência Pública Nacional, que ocorrerá em Brasília nos dias 30/11/11 e 01/12/11.

Além das contribuições advindas do processo de participação social, também são previstas apreciações pelos Conselhos Nacionais de Meio Ambiente, das Cidades, de Recursos Hídricos, de Saúde e de Política Agrícola. Desse modo, a Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos – CTPNRH vem por meio dessa Nota Técnica apresentar posicionamento, que deverá ser encaminhado à plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para deliberação.

A proposta descrita nesta versão preliminar destaca que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos deverá manter relação com os Planos Nacionais de Mudanças do Clima (PNMC), de Recursos Hídricos (PNRH), de Saneamento Básico (Plansab) e de Produção e Consumo Sustentável (PPCS).

ANÁLISE:

Conforme previsto na Lei nº 12.305/10, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, com atualização a cada 04 (quatro) anos.

A versão preliminar do PNRS é composta por 4 (quatro) capítulos, como segue: I. Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos no Brasil, II - Cenários Macroeconômicos e Institucionais, III - Diretrizes e Estratégias, e IV - Metas.

O capítulo I apresenta o Sumário Executivo do Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos no Brasil elaborado pelo Instituto Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Neste capítulo é proposto o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR), que deverá conter informações fornecidas por diversos sistemas, como: o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA), o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH) e o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA). No entanto, há certa complexidade na integração dos dados pela ampla heterogeneidade, desse modo, será necessário estabelecer uma padronização para que as informações de municípios, estados e órgãos federais possa ser integrada.

No capítulo II de Cenários Macroeconômicos e Institucionais foi utilizada a mesma cenarização proposta no Plansab em que foram definidos três cenários de planejamento. O Cenário 1 constitui o ambiente para o qual se desenvolve o planejamento e suas diretrizes, estratégias, metas, investimentos e procedimentos de caráter político-institucional necessários para alcançar o planejado. Os Cenários 2 e 3 são descritos, e mantidos como referências para o planejamento, de tal forma que, caso o monitoramento indique significativos desvios do Cenário 1 em direção aos cenários alternativos, correções sejam implementadas nas premissas e proposições do Plano, incluindo metas e necessidades de investimentos.

Os três cenários consideraram os seguintes parâmetros:

- (i) Política macroeconômica;
- (ii) Papel do Estado (Modelo de Desenvolvimento)/Marco Regulatório/Relação Interfederativa;
- (iii) Gestão, gerenciamento, estabilidade e continuidade de políticas públicas/participação e controle social;

(iv) Matriz tecnológica/disponibilidade de recursos hídricos.

No que diz respeito aos recursos hídricos, os Cenários 1 e 2 adotaram a hipótese que será intensificada a adoção de estratégias de conservação de mananciais, com ampliação das condições de acesso a esses recursos. Esse pressuposto mantém relação direta com a implementação da Política e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas o documento preliminar do PNRS não detalha como deveria se dar a articulação entre as duas políticas e os respectivos planos.

O capítulo III apresenta as propostas sobre as diretrizes e estratégias por tipo de resíduo, para o atingimento das metas. Nesse sentido é feito o esclarecimento que se buscou o atendimento ao conteúdo mínimo do Plano Nacional de Resíduos Sólidos estabelecido no Artigo 15 da Lei 12.305/2010, principalmente no que se refere às metas e à necessidade futura de detalhamento dos Programas e Ações para o atendimento das mesmas.

Cabe ainda esclarecer que as discussões sobre o detalhamento do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 ocorreram simultaneamente ao processo de elaboração da Versão Preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e que os Ministérios afetos ao tema buscaram convergir seus Programas do PPA de forma a contemplar as Diretrizes apresentadas no PNRS.

O último capítulo (IV) apresenta as metas de curto, médio e longo prazos, por tipo de resíduos sólidos, que se espera alcançar no horizonte temporal do PNRS. A periodicidade das metas foi definida a cada 4 anos, para coincidir com os prazos do PPA da União e com as revisões deste plano, e foram projetadas tendo como referência os três cenários apresentados no capítulo II.

A análise da versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) indicou uma relação tênue entre este plano e o de Recursos Hídricos, apesar da necessária integração das Políticas de Resíduos Sólidos e de Recursos Hídricos.

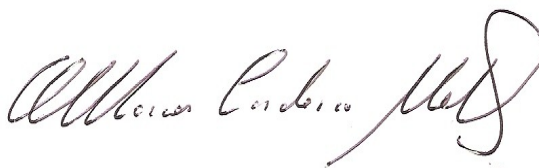
CONCLUSÃO:

A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH) avalia que a proposta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é fundamental para o atingimento dos objetivos e metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cabe ainda esclarecer que o atingimento, mesmo que parcial, da meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos até 2014, conforme disposto no art. 54 da Lei nº 12.305/10, trará impactos positivos para a qualidade dos recursos hídricos no país ao reduzir a contaminação dos corpos d'água causada pelos lixões.

Por fim, esta Câmara, considerando a relevante interface entre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos, recomenda a aprovação da versão preliminar do PNRS e a inclusão da seguinte diretriz¹ no Capítulo III:

Na formação dos consórcios públicos intermunicipais, um dos critérios de agregação de municípios seja a bacia hidrográfica e os municípios nela contidos.



OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO

Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH